

Relatório

Visita ao Congresso Nacional argentino

14 de julho de 2011

Relatório de Missão Oficial

Realizou-se no dia 14/7, no Congresso Nacional argentino, ato público em comemoração ao aniversário de um ano da sanção da lei de matrimônio igualitário. Diante de numerosa platéia da qual faziam parte militantes, casais beneficiados pelo diploma, políticos, jornalistas, sindicalistas e simpatizantes, foi exibido, durante a abertura do evento, vídeo com momentos marcantes da caminhada que levou à aprovação da lei. Na sequência, discursaram autoridades e foram outorgados prêmios a apoiadores da causa em diversas áreas da vida social argentina. Nesta mesa, representei o Brasil na condição de parlamentar que encabeça, por meio de uma PEC ainda em fase de recolhimento de assinaturas para início de tramitação, ação parlamentar em favor do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (na Argentina, o termo utilizado é "matrimônio" e, por isso, lá a lei ficou conhecida como Lei do Matrimônio Igualitário).

2. Entre os componentes da mesa de autoridades destacavam-se as deputadas Vilma Ibarra e Silvia Ausburguer, autoras dos dois projetos que, fundidos, deram origem à lei finalmente aprovada; a Governadora de Tierra del Fuego, Fabiana Ríos, que se notabilizou logo após a aprovação da nova legislação por confrontar-se com juízes de sua província quando estes tentaram impedir a realização do que foi o primeiro casamento gay da Argentina; o Deputado Sebastián Sabini, do Uruguai (que encabeça, naquele país, ação parlamentar pró-matrimônio igualitário); e dirigentes de distintas associações LGBTTT argentinas. Na platéia, havia políticos locais de expressão como Martín Sabatella, Aníbal Ibarra e Daniel Filmus, entre outros.

3. Os discursos sublinharam o caráter histórico da medida. Procurando superar a polarização social que marcou o debate às vésperas da votação, reforçaram o caráter inclusivo da lei. A deputada Ibarra observou: "é uma lei que não tira direitos de ninguém, só os estende". Na mesma linha, a deputada Ausburguer disse: "a lei foi aprovada e não houve o cataclisma que muitos previam. A sociedade seguiu sua vida e hoje muitas pessoas podem ser mais felizes com a correção de uma injustiça." Os representantes da comunidade LGBTTT salientaram o êxito do projeto pela observância, desde o princípio, de seu lema: "os mesmos direitos com os mesmos nomes". Sabini e eu declaramos que o conteúdo do projeto aprovado assim como todas as estratégias adotadas para conseguir a aprovação e a adesão da sociedade nos inspiram em nossas atuações em favor do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e inspiram os demais países da região.

4. No dia seguinte ao evento no Congresso, compareci à Embaixada do Brasil na Argentina e falei, com o embaixador, sobre as ações da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, da qual, sou um dos coordenadores. Falei com o embaixador da vontade de construir, com apoio da diplomacia da embaixada voltada para a questão dos Direitos Humanos, dois eventos - um em Brasília, outro em Buenos Aires - com o objetivo de esclarecer os parlamentares brasileiros acerca dos impactos positivos da aprovação do matrimônio igualitário. Dos eventos, participariam representantes dos três poderes de ambos os países.

Na sequência, teve almoço de trabalho com funcionários do "Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo" (Inadi) e, depois, fui recebido, em audiência, pelo Interventor do órgão, Pedro Mouratian. Nas conversas, explorou-se a possibilidade de realização dos dois eventos já mencionados. Mouratian se mostrou entusiasmado e se comprometeu a dar toda ajuda possível como representante do governo de Cristina Kirchner.

5. Mouratian explicou que assumiu a chefia do Instituto em circunstância política delicada (desentendimento público entre os principais dirigentes), mas que a situação tende a se normalizar e que há enorme interesse na cooperação com o Brasil. Expliquei-lhe que a Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT contabiliza mais de uma centena de parlamentares, sendo que os que realmente se dedicam cotidianamente ao tema sejam muito menos, como acontece com as demais frentes parlamentares da Câmara. Não obstante, considerei que cerca de dez parlamentares - entre deputados e senadores - poderiam ir a Buenos Aires para participar de seminário organizado em parceria com o Inadi e com apoio da Embaixada Brasileira na Argentina. Preliminarmente, concordamos que a jornada poderia ser composta por dois painéis, um voltado à caminhada para a conquista da lei de matrimônio igualitário e outro cujo enfoque seria a avaliação dos efeitos da lei após um ano de sua implementação.

Nos dias 18 e 19 de julho, participei de reuniões com as Deputadas Juliana Di Tullio, da Frente para a Vitória, e Cecilia Merchán, do Movimento Libres del Sur, e obtive, delas, apoio inicial à proposta de realização dos dois eventos. A idéia é que o primeiro aconteça no Brasil já no próximo dia 20 de setembro. As mobilizações para tal já foram iniciadas por mim e por outros membros da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT.



Sebastián Sabini (deputado federal uruguaio, autor de um projeto de lei de matrimônio igualitário), Vilma Ibarra (deputada federal argentina, co-autora da lei de matrimônio igualitário argentino), Fabiana Ríos (governadora do estado de Tierra del Fuego, Argentina, autorizou por decreto o primeiro casamento gay do país antes da aprovação da lei), Silvia Augsburger (ex deputada federal argentina, Partido Socialista, co-autora da lei de matrimônio igualitário), Esteban Paulón (presidente da Federação Argentina LGBT) e Jean Wyllys (deputado federal – PSOL/RJ).



Esteban Paulón (presidente da Federação Argentina LGBT), Jean Wyllys deputado federal – PSOL/RJ), Miguel Barrios (deputado federal argentino, Partido Socialista) e Cecilia Merchán (deputada federal argentina, Libres del Sur).



María Rachid (ex presidenta da Federação Argentina LGBT, deputada estadual de Buenos Aires, Frente para la Victoria), Marcela Romero (secretária da Federação Argentina LGBT), Esteban Paulón (presidente da Federação Argentina LGBT) e Jean Wyllys deputado federal – PSOL/RJ).



Jean Wyllys deputado federal – PSOL/RJ). Miguel Barrios (deputado federal argentino, Partido Socialista), Cecilia Merchán (deputada federal argentina, Libres del Sur) e Silvia Augsburguer (ex deputada federal argentina, Partido Socialista, co-autora da lei de matrimônio igualitário). Atrás, Maria José Lubertino (deputada estadual de Buenos Aires, Frente para la Victoria) e Vilma Ripoll (ex deputada estadual de Buenos Aires, Movimiento Socialista de los Trabajadores).



Jean Wyllys deputado federal – PSOL/RJ), no Senado argentino, dando entrevista para a televisão.

Brasília, 17 de Agosto de 2011.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jean Wyllys'.

Jean Wyllys de Matos Souza
Deputado federal